

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NOTURNO

Airton Figueiredo Bordim

**MOTIVAÇÕES DO ENDIVIDAMENTO DE APOSENTADOS E  
PENSIONISTAS**

**Palmeira das Missões, RS**

**2019**

**Airton Figueiredo Bordim**

**MOTIVAÇÕES DO ENDIVIDAMENTO DE APOSENTADOS E  
PENSIONISTAS**

Relatório de Estágio Supervisionado  
apresentado ao Curso de Administração Noturno,  
da Universidade de Santa Maria (UFSM – RS),  
Campus de Palmeira das Missões, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Administração.

Orientador: Dr. Adriano Lago

Palmeira Das Missões, RS.

2019

**Airton Figueiredo Bordim**

**MOTIVAÇÕES DO ENDIVIDAMENTO DE APOSENTADOS E  
PENSIONISTAS**

Relatório de Estágio Supervisionado  
apresentado ao Curso de Administração Noturno,  
da Universidade de Santa Maria (UFSM – RS),  
Campus de Palmeira das Missões, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Administração.

**Aprovado em 25 de novembro de 2019:**

---

Orientador: Dr. Adriano Lago

---

Profa. Dra. Rosani Marisa Spanevello

---

Profa. Dra. Tanice Andreatta

Palmeira Das Missões, RS.

2019

## RESUMO

# MOTIVAÇÕES DO ENDIVIDAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

AUTOR: Airton Figueiredo Bordim

ORIENTADOR: Prof. Dr. Adriano Lago

Com o aumento do número de empréstimos no país, o endividamento de clientes de instituições financeiras também sofre aumento. Aposentados e pensionistas, atraídos pela facilidade na contratação de linhas de crédito, tomam crédito, porém, muitas vezes, tornam-se inadimplentes, não conseguindo pagar suas dívidas, o que se constitui em um problema advindo principalmente da aquisição de crédito não consciente. O objetivo deste trabalho, portanto, foi realizar uma análise sobre quais são os motivos que levam os aposentados e pensionistas do município de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul a contrair dívidas. Investigando-se, por meio de um questionário no ano de 2019, 112 clientes de uma instituição financeira de economia mista do município, esta pesquisa mostrou que os aposentados e pensionistas tomam crédito principalmente por motivos de saúde. Entretanto, esses mesmos aposentados e pensionistas estão cientes de suas dívidas e procuram formas alternativas de poupar dinheiro, demonstrando preocupação com seus endividamentos.

**Palavras-chave:** Endividamento. Crédito. Aposentados e Pensionistas. Instituição Financeira.

## ABSTRACT

# REASONS THAT MAKE RETIREES AND PENSIONERS OF PALMEIRA DAS MISSÕES - RS MAKE DEBTS.

AUTHOR: Airton Figueiredo Bordim

ADVISOR: Prof. Dr. Adriano Lago

With the increase in the number of loans in the country, the debt of clients of financial institutions also increases. Retirees and pensioners, attracted by the ease of contracting credit lines, take credit, but often become delinquent, unable to pay their debts, which is a problem mainly arising from the acquisition of unconscious credit. The objective of this paper, therefore, was to analyze what are the reasons that lead retirees and pensioners from the municipality of Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul to contract debt. Investigating, through a questionnaire in 2019, 112 clients of a mixed economy financial institution of the municipality, this research showed that retirees and pensioners take credit mainly for health reasons. However, these same retirees and pensioners are aware of their debts and are looking for alternative ways to save money, showing concern about their indebtedness.

**Keywords:** Debt. Credit. Retirees and pensioners. Financial institution.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas Crédito pessoal consignado (2008 – 2018) .....	15
Gráfico 02 – Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (2005–2018) ..	18
Gráfico 03 – Idade das pessoas entrevistadas .....	22
Gráfico 04 – Faixa Salarial .....	23
Gráfico 05 – Motivos do Endividamento .....	24
Gráfico 06 – Tipos de Dívidas em Instituições Financeiras .....	25
Gráfico 07 – Número de entrevistados com dívidas vencidas .....	26
Gráfico 08 – Faixa de valor de endividamento dos entrevistados .....	27
Gráfico 09 – Tipos de segurança financeira alcançada pelos entrevistados .....	28

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Evolução do crédito livre e direcionado por pessoa física e jurídica no Brasil (dez. /2002-dez. /2010) .....	13
TABELA 02 - Evolução do crédito com recursos livres-pessoa física (dez. /2002-dez. /2010) .....	14

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPS	Anuário Estatístico da Previdência Social
BCB	Banco Central do Brasil
CAPS	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
IAPS	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
P.P.	Pontos Percentuais
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumido
PET-Saúde	Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PROEF	Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais
PROER	Programa de Estímulo à Recuperação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROES	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
RS	Rio Grande do Sul
SFN	Sistema Financeiro Nacional
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1.	OBJETIVOS .....	10
<b>1.1.1.</b>	<b>Objetivos Específicos</b> .....	10
1.2.	JUSTIFICATIVA .....	10
<b>2.</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	11
2.1.	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	11
2.2.	OPERAÇÕES DE CRÉDITO FINANCEIRO.....	12
<b>2.2.1.</b>	<b>Crédito Pessoa Física</b> .....	13
2.2.1.1	Crédito Consignado .....	14
2.3.	TIPOS DE APOSENTADORIAS .....	15
2.4.	ENDIVIDAMENTO .....	17
2.5.	TÍTULOS DE RENDA FIXA .....	18
<b>2.5.1.</b>	<b>Caderneta de Poupança</b> .....	19
<b>2.5.2.</b>	<b>Títulos de Capitalização</b> .....	19
2.6.	SEGURO DE VIDA .....	19
<b>3.</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	21
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADO</b> .....	22
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31
<b>7.</b>	<b>ANEXO</b> .....	33

## 1. INTRODUÇÃO

Como reflexo da sociedade de consumo, o endividamento constitui-se em um problema de ordem social, pois impacta em vários níveis da sociedade assim como, fornecedores, distribuidores, atacadistas e varejistas. O mesmo endividamento está relacionando com as taxas de juros, um item que é avaliado no risco de conceder o crédito ao cliente, estas taxas são um dos itens mais discutidos mundialmente sob o aspecto político-econômico.

No caso dos aposentados, ao longo dos anos, em âmbito nacional, vem ocorrendo uma defasagem em sua remuneração mensal, devido ao achatamento das rendas e sem conseguir do Governo Federal um reajuste real, esta situação tem agravado o endividamento dos aposentados e pensionistas da Previdência Social, em muitos casos até um sobre endividamento, gerando inadimplência, onde o indivíduo não consegue cumprir com suas obrigações e compromissos financeiros.

Os financiamentos vêm crescendo continuamente em nosso país, em 2003 quando foi criado a Lei n. ° 10.820, que rege os empréstimos consignados, também reconhecido pela população com “empréstimo descontado em folha”, a qual chama atenção pelos juros reduzidos. O crescimento deste crédito foi notável, de R\$ 53,7 bilhões em 2007 saltando para R\$ 323,8 bilhões em 2018, conforme consta no relatório: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO: CARACTERÍSTICAS, ACESSO E USO no site do Banco Central do Brasil (BCB, 2018).

Ao analisar dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2019), percebe – se que o endividamento dos brasileiros tem crescido. Segundo a pesquisa de abril de 2019 mais de 9% dos brasileiros não terão condições de pagar suas contas, a realidade que 62,7 % estão endividados e 23,9% estão com suas contas em atraso.

Devido as facilidades na adesão aos empréstimos percebe-se que cada vez mais idosos estão sofrendo com o endividamento. Desta forma surgiu o questionamento para a elaboração deste trabalho. **Quais as motivações do endividamento de aposentados e pensionistas de Palmeira das Missões – RS?**

## 1.1. OBJETIVOS

Compreender as motivações do endividamento de aposentados e pensionistas de Palmeira das Missões – RS.

### 1.1.1. Objetivos Específicos

Identificar o perfil familiar de aposentados e pensionistas tomadores de crédito.

Conhecer a situação financeira dos aposentados e pensionistas em Palmeira das Missões-RS.

Relatar quais os principais motivos que levam os aposentados e pensionistas a contrair dívidas.

## 1.2. JUSTIFICATIVA

Levando em consideração a atual e real situação vivida em nosso país, os aposentados representam grande volume de negócios na economia, pois tem uma fonte de renda estável, e uma margem de negócios possíveis de ser feita com uma segurança para o comerciante ou prestador de serviço.

Mas devido ao grande endividamento destes aposentados e sua idade normalmente avançada, com possíveis exceções, alguns aposentados por invalidez e também as doenças provenientes da idade, se torna necessário um estudo para melhor condução de planos de assistência social.

Neste sentido, justifica-se o estudo dos motivos para o endividamento de aposentados e pensionistas de Palmeira das Missões – RS, pois poderá ter um impacto positivo, apresentará números que justificam um futuro estudo para mudanças de projetos sociais ou fortalecimento de parcerias já feitas entre saúde pública, assistência social.

Também poderá indicar mudanças no modo de atuar das instituições financeiras, devido a resultados de onde os aposentados gastam o valor solicitado como crédito pessoal consignado.

Quanto ao acadêmico, este estudo tem uma relevância pois atuando em uma instituição financeira já há mais de sete anos, e casado com uma enfermeira que trabalha em uma unidade de saúde pública, onde a mesma também faz parte que um programa de parceria entre universidade e saúde pública, o PET-Saúde, os dados poderão ter impacto no desenvolvimento profissional do casal e das organizações ondem atuam.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo se apresenta uma revisão bibliográfica sobre tipos de crédito, endividamento e tipos de aposentadorias, será abordado os tópicos de título de capitalização, renda fixa e seguro de vida.

### 2.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A grande instabilidade que passava pelo Brasil entre os anos de 1980 e o início dos anos de 1990, era marcada pelo alto índice de inflação e baixo investimento. “A economia brasileira estava caracterizada por escassez de crédito, onde o sistema financeiro se afastava cada vez mais da sua função básica de provedor de crédito para investimento e consumo e se concentrava no financiamento da dívida pública”. (BARROS; ALMEIDA, 1997, p.35).

De 1992 ao início de 1994 o crédito total do país retomava o crescimento, os bancos brasileiros tiveram resultados melhores que em relação aos anos anteriores, e um dos principais motivos desta melhora se devia a expectativa para a implantação do Plano Real que ocorreria no final do período. O presidente do Brasil, Itamar Franco, implantou o Plano Real, que foi uma ação bem-sucedida, cuja principal objetivo era o controle da inflação. “Com a estabilização da economia os bancos perderiam uma importante fonte de receita representada pelas transferências inflacionárias: Diminuiu a participação do setor público e aumentou a do setor privado, especialmente das pessoas físicas, a partir de 1994”. (BARROS; ALMEIDA, 1997, p.101).

*A abertura do sistema financeiro ao capital externo levou a uma maior concentração bancária. A partir do momento em que ocorreu a abertura do setor bancário brasileiro ao capital externo, após o Plano Real, colocou-se para os grandes bancos privados nacionais, varejistas, a necessidade da defesa de sua liderança e de seu poder de mercado (ROCHA, 2001, p.13).*

O setor mais impactado com a implantação deste novo plano econômico, Plano Real, foi o setor financeiro, troca de legislação almejando o aumento do poder e a confiabilidade do Banco Central, reduzindo o número de bancos e mudanças na sua distribuição. Após o início do novo plano o sistema bancário já estava preparado para esta nova fase. Com esta mudança os bancos têm que trocar o foco de suas receitas, que era quase que exclusivamente da inflação, tendo a necessidade de buscarem novas formas para obtenção de lucro. E nesse episódio o

crédito mostrar-se como um forte pretendente. “Vários autores consideravam que, após a mudança no cenário econômico, a lucratividade dos bancos deixaria de depender da captação de depósitos, e passaria a depender do crescimento das operações de crédito” (SOARES, 2001, p.5).

## 2.2. OPERAÇÕES DE CRÉDITO FINANCEIRO

Na década de 1990, ocorreu um retrocesso no crédito em geral no Brasil. Posteriormente em 2003, começou a ter um crescimento significativo durante o governo Lula, após o Plano Real, diferentes setores ganharam programas de reestruturação, divididos em três extensos programas: o Programa de Estímulo à Recuperação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF).

O Brasil comparado a outros países, sempre teve um baixo volume de crédito, ainda com o crescimento notado entre 2003 e 2009, manteve-se abaixo de países como China, Chile e Austrália (Sant’Anna, Borca Júnior e Araújo, 2009). Considerando o avanço no crescimento, o Brasil tinha espaço para a expansão expressiva do crédito.

Caracteriza-se como crédito quando um banco ou instituição financeira disponibiliza valor a um cliente, com o compromisso de o mesmo ressarcir o credor em uma data posterior, somado de juros e encargos, isto é tratado com um acordo verbal ou contrato por escrito.

No mercado hoje existe três principais tipos de crédito, os empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil.

Nos empréstimos o tomador pode utilizar como bem entender o valor solicitado, o que não pode ocorrer nos financiamentos, o montante concedido pela instituição tem que ser utilizado a uma finalidade específica, onde será estabelecida em contrato.

Arrendamento mercantil (leasing) também é firmado um contrato de utilização do valor de uma forma específica. No entanto, o bem imóvel ou móvel fica em nome da instituição que disponibilizou o valor para a sua compra, o tomador tem o direito de escolher e utilizar durante a vigência do contrato, somente com o seu término o mesmo irá tomar posse definitiva do bem, fazendo a transferência para seu nome.

A seguir será explanado sobre alguns tipos de créditos.

### 2.2.1. Crédito Pessoa Física

Entre o período de dezembro de 2002 e dezembro de 2010, o crédito pessoa física teve um salto de 9 pontos percentuais (p.p.) para 21 p.p. do Produto Interno Bruto (PIB), o que representou um avanço no peso desta categoria de 36% para 46%, no crédito total do país. Este acréscimo deu-se através do crédito livre e se teve início antes do crédito livre concedido a pessoa jurídica (Tabela 01).

Considerando que crédito livre é um recurso financeiro oriundo de uma instituição financeira sem destinação específica. O que no crédito direcionado já é totalmente o oposto, o valor se destina especificamente a compra ou reforma de um bem móvel ou imóvel, onde o mesmo fica especificado em contrato.

TABELA 01 - Evolução do crédito livre e direcionado por pessoa física e jurídica no Brasil (dez. /2002-dez. /2010) (Em % do PIB)

	Recursos livres			Recursos direcionados			Total		Crédito total
	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Total	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Total	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	
Dez./2002	6,12	10,13	16,25	3,21	6,55	9,76	9,33	16,68	<b>26,01</b>
Dez./2003	5,94	9,10	15,04	3,43	6,14	9,57	9,37	15,24	<b>24,60</b>
Dez./2004	7,14	9,24	16,37	3,37	5,94	9,31	10,51	15,18	<b>25,69</b>
Dez./2005	8,88	9,92	18,80	3,41	6,06	9,47	12,29	15,98	<b>28,27</b>
Dez./2006	10,04	10,99	21,03	3,75	6,14	9,89	13,79	17,12	<b>30,92</b>
Dez./2007	11,93	12,90	24,83	4,05	6,29	10,34	15,98	19,18	<b>35,17</b>
Dez./2008	13,00	15,73	28,73	4,55	7,19	11,74	17,56	22,92	<b>40,48</b>
Dez./2009	14,50	14,96	29,47	5,13	9,07	14,19	19,63	24,03	<b>43,66</b>
Dez./2010	14,85	14,75	29,60	5,79	9,86	15,64	20,64	24,61	<b>45,25</b>

Fonte: BCB, 2011

Pode ser conferida a conduta do crédito consignado, ao financiamento de veículos e ao setor de cartões de crédito, o aumento dos créditos neste segmento financeiro do país (conforme comprovado pela tabela 02).

Alterações nas instituições financeiras tiveram grande impacto na mudança do sistema financeiro nacional. A expansão da oferta de crédito através de recursos livres, para pessoa física, foi um dos percussores das alterações.

TABELA 02 - Evolução do crédito com recursos livres-pessoa física (dez. /2002-dez. /2010) (p.p do PIB)

	Pessoa física – taxa de juros referencial														Total
	Cheque especial	Crédito pessoal			Cartão de crédito	Financiamento imobiliário	Aquisição de bens			Outros	Total	Cooperativas	Leasing	Outros	
		Consignado	Exceto consignado	Total			Veículos	Outros	Total						
2002	0,6	0,0	1,7	1,7	0,3	0,1	1,8	0,3	2,1	0,3	5,2	0,3	0,1	0,6	6,1
2003	0,5	0,0	1,8	1,8	0,4	0,1	1,8	0,3	2,1	0,3	5,2	0,3	0,1	0,4	5,9
2004	0,5	0,9	1,4	2,2	0,4	0,1	2,0	0,4	2,3	0,3	5,8	0,4	0,2	0,7	7,1
2005	0,5	1,5	1,5	3,0	0,5	0,0	2,4	0,5	2,8	0,4	7,2	0,4	0,4	0,9	8,9
2006	0,5	2,0	1,3	3,4	0,6	0,1	2,7	0,5	3,1	0,5	8,1	0,4	0,6	0,9	10,0
2007	0,5	2,4	1,4	3,8	0,6	0,1	3,1	0,5	3,5	0,5	9,0	0,5	1,1	1,3	11,9
2008	0,5	2,6	1,8	4,4	0,7	0,1	2,7	0,4	3,1	0,3	9,2	0,6	1,9	1,4	13,0
2009	0,5	3,3	1,7	5,1	0,8	0,1	2,9	0,3	3,2	0,3	10,0	0,7	1,9	1,9	14,5
2010	0,4	3,7	1,8	5,4	0,8	0,2	3,7	0,3	4,0	0,2	11,1	0,7	1,2	1,9	14,9

Fonte: BCB, 2011

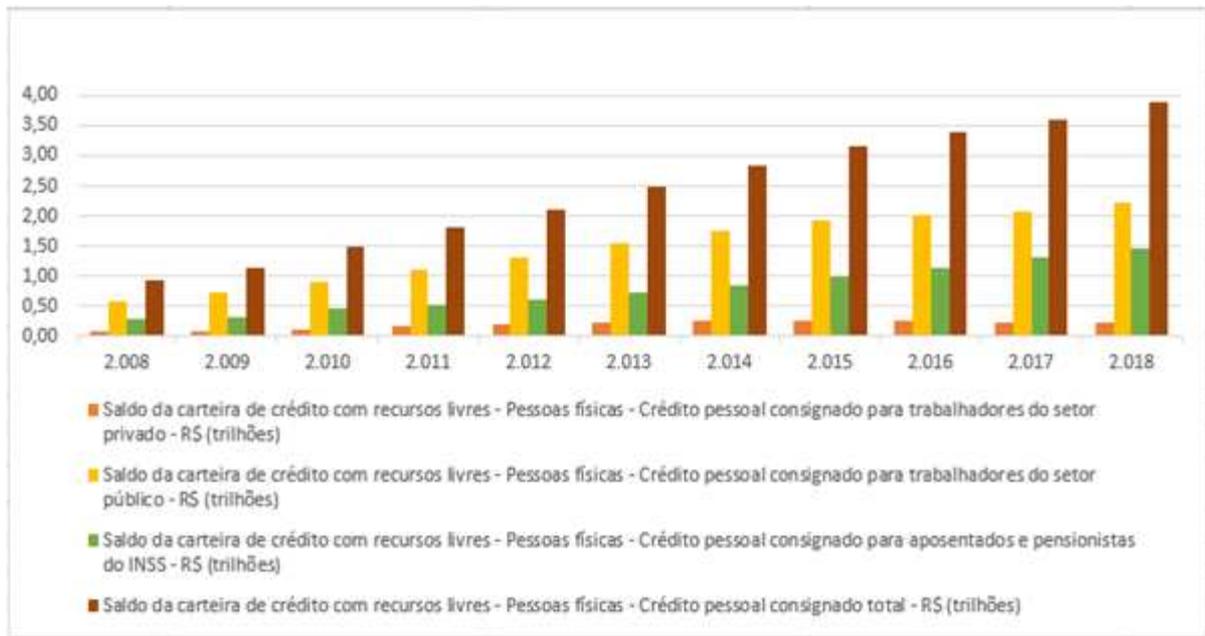
#### 2.2.1.1. Crédito Consignado

A consignação da folha de pagamento foi regulamentada por meio da Medida Provisória no 130, de 17 de setembro de 2003, posteriormente convertida na Lei no 10.820/2003, o que veio a possibilitar aos servidores públicos, trabalhadores vinculados a determinados sindicatos e aposentados, a modalidade de empréstimo pessoal consignado, uma linha de crédito bancário com baixa taxas de juros.

Segundo a lei, “poderão autorizar, de forma irrevogável e irretroatável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos” (Lei nº 10.820 / 2003).

Em 2010 os empréstimos consignados representavam 3.7 p.p. do PIB, aproximadamente  $\frac{1}{4}$  dos empréstimos oferecidos a pessoas físicas (tabela 02), com a crise em 2008 não afetou a expansão deste tipo de empréstimo, pois houve uma alteração no perfil dos tomadores de crédito. Desde início do crédito consignado (2003) ocorreu um aumento exponencial no volume de crédito concedido aos usuários do SFN (Tabela 02, Gráfico 01), com o um destaque aos servidores do setor público, aposentados e pensionistas.

Gráfico 01 - Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado (2008 – 2018)



Fonte: BCB, 2019

### 2.3. TIPOS DE APOSENTADORIAS

Falar de aposentadoria nos leva inicialmente a analisar a respeito do trabalho e seus significados. Como conta a história do homem é assinalada pela presença do trabalho, o qual adquiriu significados que se transformam drasticamente ao longo dos anos.

*A aposentadoria surgiu no século XIX, na Europa, como forma de assegurar a sobrevivência das primeiras gerações de operários que envelheciam e perdiam a capacidade para o trabalho. No Brasil, ainda nos primeiros anos da República, foram adotadas algumas disposições orientadas principalmente para certas categorias do funcionalismo público. Na década de 20 foram criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS), de cunho privado (Lei Eloy Chaves, 1923), um marco histórico no surgimento da Previdência Social Brasileira. Posteriormente, surgiram os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), organizados por categorias profissionais. Estes institutos foram unificados em 1966 no extinto Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual foi substituído em 1989 pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que prevê, nos termos da Lei 8.113, aposentadorias, pensões e benefícios por motivo de doença para os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (SAMPAIO, 2003.p 60)*

Em nosso país conforme rege a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 a qual dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências existem vários tipos de aposentadorias. A baixo serão descritas algumas que foram abrangidas por este estudo.

Aposentadoria por idade rural é aquela que o trabalhador rural comprove ter trabalhado no mínimo 180 meses no meio rural, sendo que para o homem a idade mínima de 60 anos e a mulher 55 anos, já a aposentadoria por idade urbana se difere pelo tempo, pois o trabalhador urbano tem que comprovar 180 contribuições, a idade para o homem aumenta para o mínimo de 65 anos e a mulher para 60 anos.

Existe também o aposentado por tempo de contribuição, este não tem uma idade mínima para adquirir o benefício, mas o trabalhador tem que comprovar o mínimo de 35 anos de contribuição no caso do sexo masculino e 30 anos do sexo feminino, mas consta o direito a trabalhadores exposto a agentes nocivos à saúde, nestes casos o benefício pode ser concedido em 25, 20 ou 15 anos de contribuição conforme o agente de risco que o trabalhador é exposto, existe ainda a aposentadoria por tempo de contribuição do professor, nesta o mesmo deve comprovar 30 anos de contribuição para o homem e 25 para a mulher, e ter exercido exclusivamente em funções de magistério em estabelecimento de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio).

A pessoa com algum tipo de deficiência, seja ela de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, para adquirir o direito a aposentadoria da pessoa com deficiência por tempo de serviço, terá que comprovar um mínimo de 180 contribuições e sua idade mínima varia conforme o grau de deficiência dos indivíduos em questão, pode variar 33 anos de contribuição para o homem e 28 anos para a mulher com deficiência leve e nas situações de uma deficiência grave o tempo de contribuição é reduzido para 25 anos no caso do sexo masculino e para 20 anos no sexo feminino, também temos a aposentadoria da pessoa com deficiência por idade, nesta as pessoas com deficiência tem que ter o mínimo de 60 anos de idade para o homem, ou 55 para as mulheres e o mínimo de 180 contribuições.

Aposentadoria por invalidez, a pessoa com incapacidade de trabalhar devido a algum tipo de doença ou acidente, deve requerer junto ao INSS o benefício de auxílio-acidente primeiramente, onde a mesma irá passar por perícias médicas especializadas para atestar a incapacidade temporária ou permanente, caso seja permanente existe primeiro a reabilitação em alguma outra profissão, também isto não sendo possível o mesmo é aposentado por invalidez, sem uma idade mínima e nem contribuições mínimas necessárias.

Neste contexto, salienta-se que os benefícios emitidos “são benefícios de prestação continuada que se encontram ativos no cadastro e para os quais são encaminhados créditos junto

à rede pagadora de benefícios. ” (AEPS, 2017, P. 157). No ano de 2017 foram pagos 409,2 milhões de benefícios, isto totalizou aproximadamente R\$ 531,1 bilhões, uma média de R\$ 1.298,13, um aumento 2,22%, 9,45% e 7,08%, respectivamente ao ano anterior, destes totais 80,21% são beneficiários urbanos, entre os benefícios rurais 99,28% recebem o piso previdenciário (salário-mínimo) e entre os urbanos 55,57% estão nesta mesma faixa de renda.

Nestes tipos de pagamentos os valores informados não estão sendo os valores líquido e sim os brutos, pois existem vários descontos permitidos diretamente em folha de pagamento, o mais impactante são os empréstimos consignados que no ano de 2017 totalizaram R\$ 40,0 bilhões, 10,12 % a mais que no ano anterior, deste total de operações financeiras 75,62% então entre os benefícios urbanos.

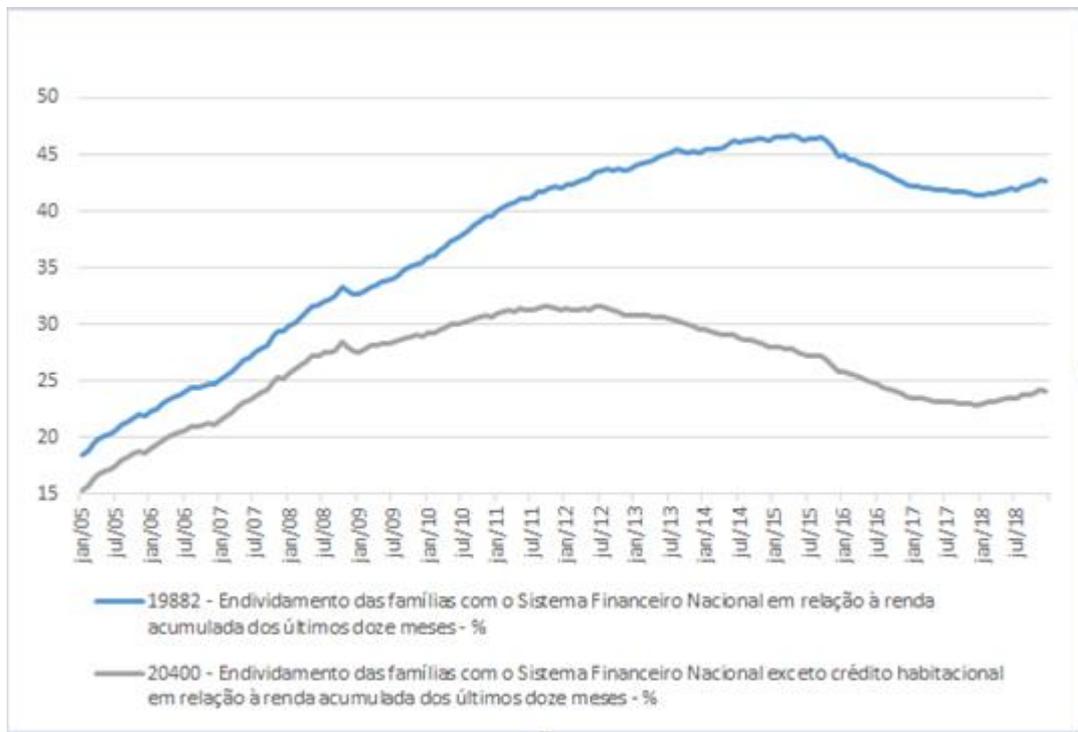
#### 2.4. ENDIVIDAMENTO

O endividamento acontece quando uma pessoa ou empresa não honra seus compromissos no prazo acordado, com atraso entre um e três meses, são caracterizados como passivos ou ativos. (TOLLOTTI, 2007).

*O endividamento passivo ocorre quando há um aumento de dívidas por consequência de alguma situação alheia à vontade do indivíduo: doença, morte, acidente. São circunstâncias imprevistas e esporádicas. O endividamento ativo se caracteriza por um montante de dívidas advindas de escolhas equivocadas, ou seja, má gestão financeira. [...] é considerado sobre endividado aquele devedor de boa-fé que está impossibilitado de pagar suas dívidas de forma durável, ou seja, é o momento em que o indivíduo entra em falência (TOLLOTTI, 2007, p. 25.)*

Apesar da crise econômica que afetou o mundo em 2008, o endividamento financeiro não teve um retrocesso considerável (Gráfico 02), mas sim após pequena redução logo retomou seu crescimento exponencial até 2015, devido à crise política e econômica no país, trouxe muitas incertezas, PIB teve uma baixa histórica, investimentos externos não ocorreram ou foram retirados.

Gráfico 02 - Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (jan/2005 – jul/2018)



Fonte: BCB.

Existe alguns fatores que elevam os riscos do endividamento e sobre endividamento, como fatores externos temos o desemprego, políticas públicas, inflação e nos fatores internos temos à administração das finanças pessoais. Em virtude disso “muitas pessoas assumem uma posição que não podem sustentar, interpretam papéis para serem aceitas socialmente e, como estão parecendo ter, mas na realidade não têm, acabam entrando no circuito do endividamento” (TOLOTTI, 2007, p.25).

## 2.5. TÍTULOS DE RENDA FIXA

A incerteza do mercado de ações pode causar medo em algumas pessoas poupadoras, os quais acabam preferindo pelos títulos de renda fixa. As principais particularidades desses títulos são as regras determinadas de remuneração, ou seja, são estipulados prazo e forma de calcular a remuneração ao investidor. O rendimento desses títulos pode ser conhecido antecipadamente (títulos pré-fixados) ou estar ligado a indexadores (títulos pós-fixados).

### 2.5.1. Caderneta de Poupança

A Caderneta de Poupança, é a forma mais conhecida como investimento no Brasil. Seu baixo risco atrai poupadores, por ser isenta de Imposto de Renda e haver proteção do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), a Caderneta de Poupança tem regras específicas determinadas pelo Governo Federal. É ofertada por instituições financeiras tanto para pessoas físicas como jurídicas, e não há diferença de rentabilidade de uma instituição financeira para outra.

### 2.5.2. Títulos de Capitalização

O título de capitalização é um dos itens comercializados na área financeira, de grande sucesso no Brasil, que contem em suas características um elemento de risco: a participação em sorteio, conjugada a uma operação elementar de poupança, em tudo parecido à habitual caderneta de poupança. Para os compradores deste produto, ele se mostra como produto combinado, em cuja formação de agregam motivações de busca a sorte nos sorteios e de necessidade ou vontade de ter uma segurança para o futuro com o valor a ser guardado. Contudo, o elemento de poupança na conciliada do no título clássico não visa o acúmulo de valor, mas sim à reposição do valor inicial integral ou parcial, ou seja, à probabilidade de perda conhecida, em relação ao nível inicial de riqueza.

## 2.6. SEGURO DE VIDA

O seguro de vida tem uma origem bastante peculiar e originou um estudo bastante abordado até hoje, a expectativa de vida das pessoas. Júlio César, o imperador da Grécia antiga, que em um futuro próximo proibiu a comercialização dos mesmos, já havia lhe ocorrido algumas preocupações em eventos aleatórios, como doenças, desastres e outros tipos de mortes.

Mas na Inglaterra, em 1583 que foi emitida a primeira apólice de seguro de vida, que se tem conhecimento, já 86 anos depois, em 1669 foi fundada a sociedade “*The Society of Insurance for Windows and Orphans*”. Mas só em 1800 que este segmento do mercado teve uma aceitação melhor e se propagaria pela Europa e outros continentes.

No Brasil, nos anos de 1850, tendo referência os princípios “cristãos” contidos em nosso país, o Seguro de Vida era um ato imoral aos olhos da igreja e proibido, pois era tratado com ato imoral, segurar a vida de pessoas livres, a partir de 1855, com a constituição da “Companhia Tranquilidade”, com a emissão de apólices de seguro para segurar a vidas de pessoas livres.

O Instituto de Resseguros do Brasil, criado em 1939 durante o Governo de Getúlio Vargas, na publicação número 15, “Noções Fundamentais de Seguros” (1969, p.6) sintetiza o Seguro de vida, orientando as principais características deste ramo de seguro:

*Seguro de vida – chama-se aquele em que a duração da vida humana serve de base para o cálculo do prêmio devido ao segurado, para que este se obrigue a pagar ao beneficiário um capital ou uma renda determinada, por morte do segurado, ou no caso deste sobreviver em um prazo convencionado.*

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho teve como fundamentação teórica: pesquisas bibliográficas, em livros, revistas, artigos publicados, internet e textos na mídia, para a entrevista de campo foram utilizadas as metodologias quantitativa e qualitativa.

O critério para inclusão ou exclusão dos sujeitos nesta pesquisa foi se estes eram aposentados ou pensionistas e moradores do município de Palmeira das Missões - RS. Para a coleta de dados realizou-se 112 entrevistas realizadas durante os meses de julho de 2019 até outubro de 2019. Com perguntas abertas e fechadas, através de amostra por conveniência entre os aposentados e pensionistas que buscaram atendimento em uma instituição financeira deste município.

O instrumento de pesquisa é uma entrevista estruturada, composta por perguntas fechadas para a identificação da amostra, como: local onde reside, sexo, idade, renda, endividamento etc., e perguntas abertas para identificação do motivo do endividamento. Realizada através de uma abordagem quantitativa, pois devido a este tipo de abordagem é necessário “organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 103).

Com o auxílio do programa LibreOffice foi tabulado os dados da mesma, sendo possível uma melhor análise dos resultados e geração de gráficos.

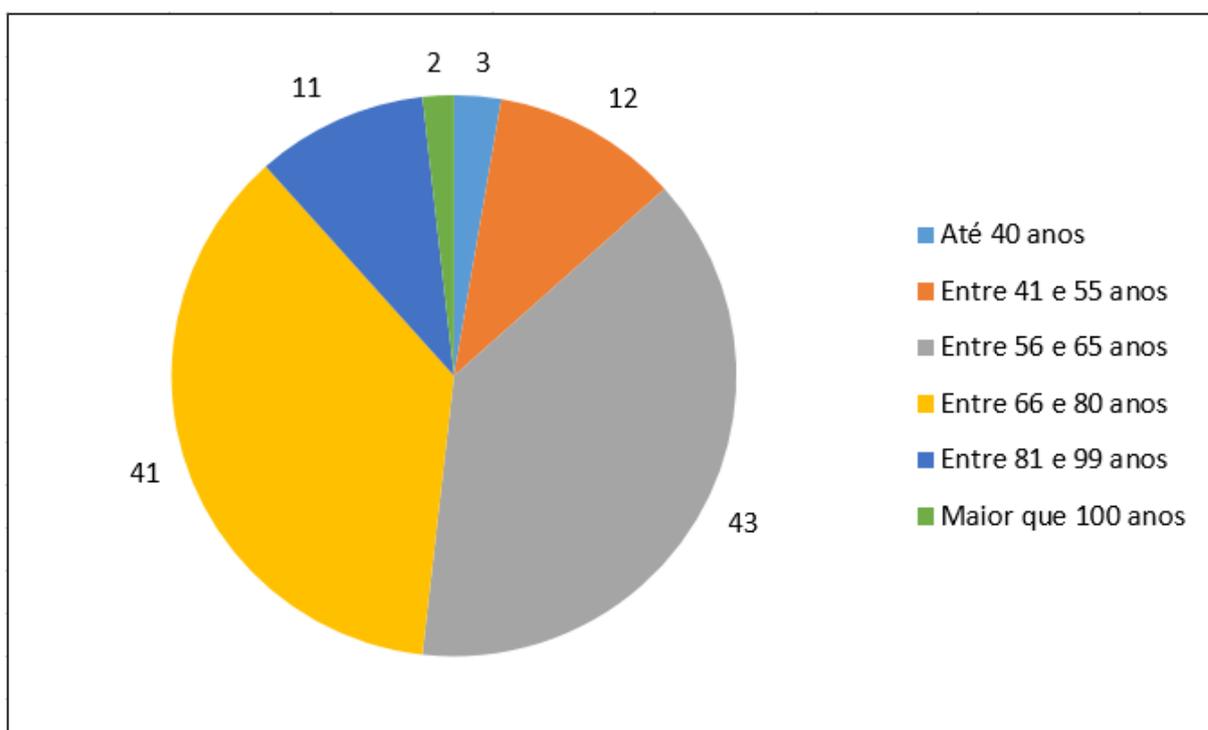
#### 4. ANÁLISE DE RESULTADO

Como destacado anteriormente, esta pesquisa visa compreender as motivações do endividamento de aposentados e pensionistas, bem como identificar o perfil familiar, conhecer a situação financeira dos mesmos e relatar quais os principais motivos que os levam a contrair dívidas.

Para tanto a seguir visualiza-se 07 gráficos que nos levam a um melhor entendimento sobre as características, remuneração, dívidas, investimentos e preocupação com a família dos entrevistados.

A amostragem por conveniência teve um resultado de 112 entrevistas realizadas. Quanto a idade dos entrevistados a mesma ficou entre 23 anos e 107 anos, com uma média de 65,7 anos.

Gráfico 03 – Idade das pessoas entrevistadas

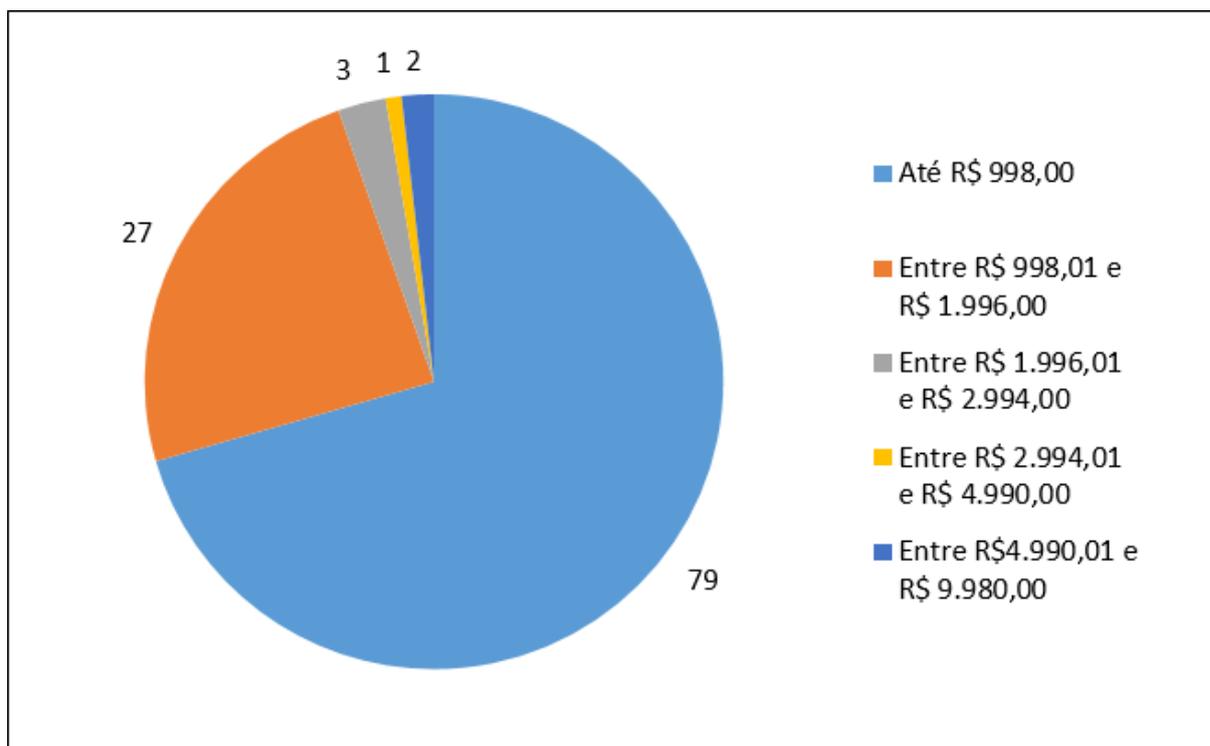


A pessoa mais nova entrevistada tinha 23 anos de idade. Em conversa informal foi obtida informação que recebe uma pensão devido a morte de seu esposo, pois sua filha tem 2 anos de idade e terá direito a este benefício até que a mesma complete 21 anos e se a filha estiver fazendo faculdade a pensão poderá ser estendida ainda pelo período de seu estudo. A

entrevistada mais velha é aposentada por idade, possui 107 anos e recebe aposentadoria desde os 55 anos.

A renda média dos participantes da pesquisa é de R\$ 1.274,08 (hum mil duzentos e setenta e quatro reais e oito centavos), porém, a maioria dos entrevistados recebe um salário mínimo (Gráfico 04 – Faixa Salarial). No ano de 2019, um salário mínimo corresponde a R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

Gráfico 04 – Faixa Salarial

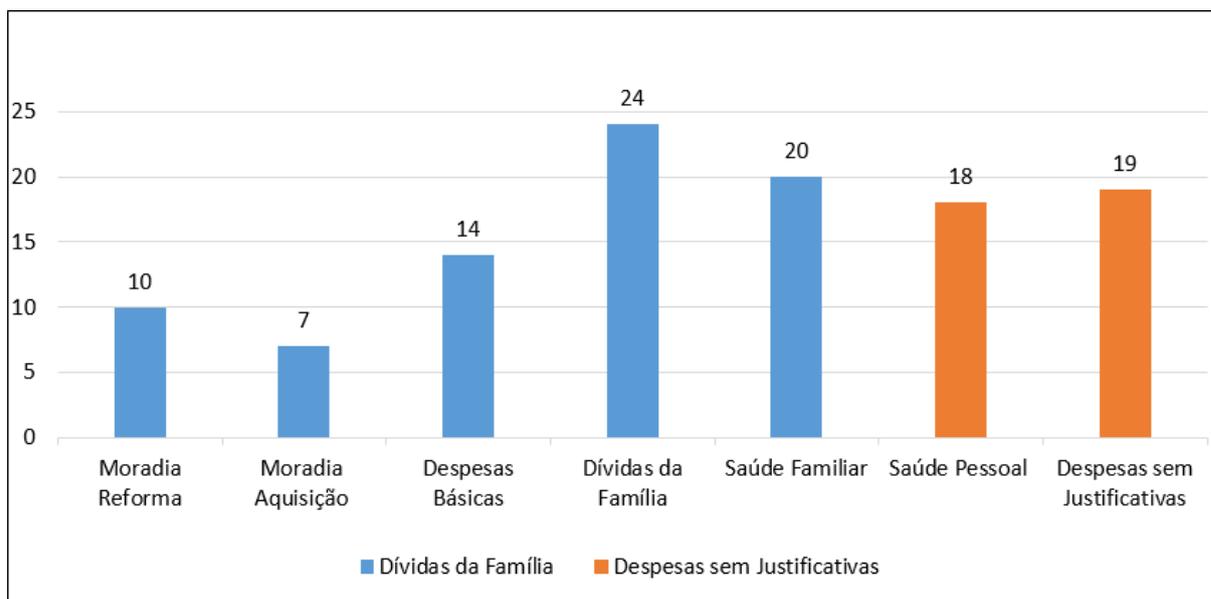


Cada indivíduo entrevistado pertence a um grupo familiar que contem 3,3 pessoas na média, dos 112 entrevistados 64 pessoas tem outro membro da família que contribui com a renda e desta forma auxilia com as despesas mensais e 100 % dos beneficiários possui algum tipo de dívida ou empréstimo. Dividindo em dois grandes grupos, dívidas familiares e dívidas pessoais.

Para caracterização neste trabalho temos como dívida, qualquer valor devido a outra pessoa ou instituição financeira, independente qual motivo o seu fim.

As dívidas do grupo familiar podem se dividir em dívidas da moradia (despesas básicas como luz, água, alimentação e alugue), as dívidas da família, como empréstimos ou dívidas que o entrevistado fez para ajudar algum membro da família que mora ou não em sua residência. Por exemplo festas de casamento, aniversários, compra de veículos ou despesas básicas.

Gráfico 05 – Motivos do Endividamento



Um dos itens que teve grande relevância, citado por 38 entrevistados, foi o endividamento por questões de saúde. Muitos relataram demora no aguardo por atendimento médico especializado pelo SUS ou em realizações de exames de alta complexidade e a necessidade de urgência na prestação de tais serviços levando a contratação de forma particular.

Despesas sem justificativas plausíveis foram citadas 19 vezes. Ao serem questionadas sobre estes tipos de despesas os entrevistados apontaram gastos supérfluos como alimentação fora do lar, vestuários, viagens a lazer ou desconhecem aonde foi gasto o valor. O que demonstra falta de controle financeiro para administrar a renda familiar, muitos utilizam o limite o mês inteiro até a data do seu recebimento, tendo de pagar juros altos de limite de conta.

Dívidas em instituições financeiras são de maior relevância entre as pessoas nesta entrevista, foi citado como principais dívidas, os limite de conta corrente e empréstimos.

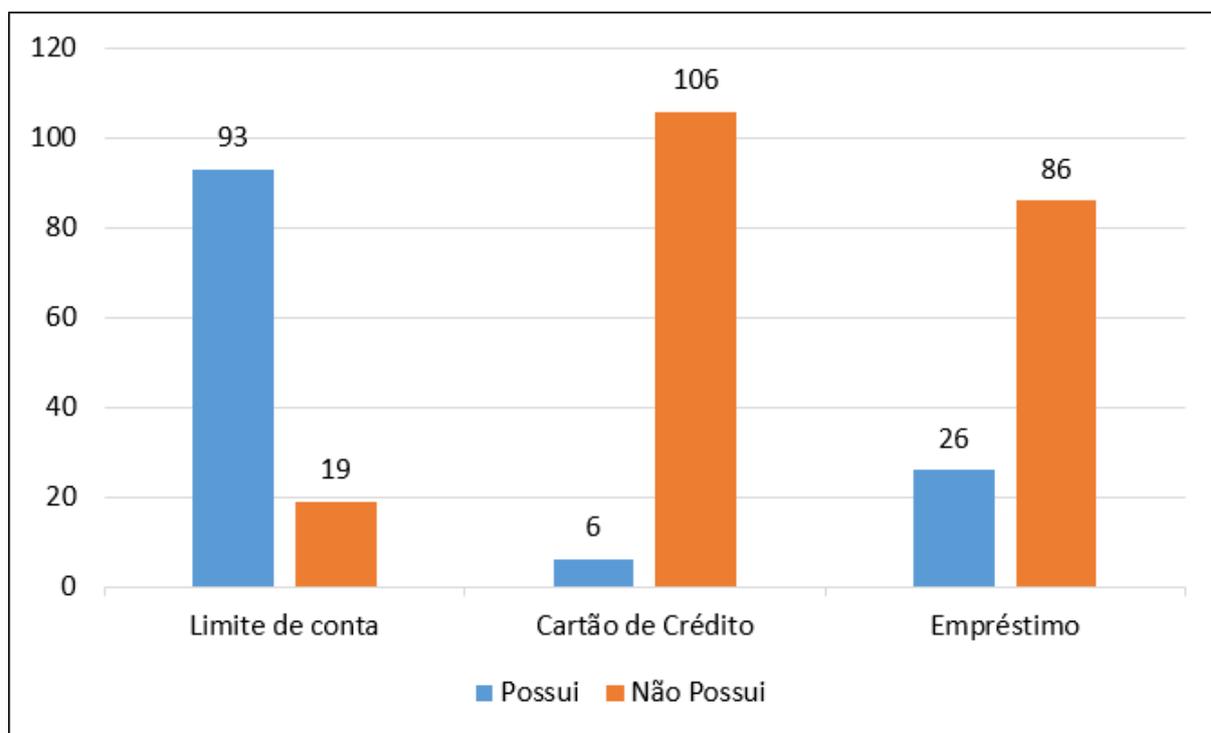
Para a análise do gráfico 06 é necessário o esclarecimento sobre as semelhanças e diferenças entre o cartão de crédito padrão para o cartão de crédito consignável, características estas que grande parte dos entrevistados desconheciam.

A modalidade em questão é o cartão de crédito padrão (normal), onde somente 06 entrevistados o possuíam. Nesta modalidade o usuário realiza compras até o limite liberado pela instituição controladora do cartão ou realiza saque limitado de 10 % até 50% do seu limite, conforme normas na instituição. Seu pagamento é em débito em conta corrente ou boleto, onde este pagamento pode ser realizado no valor total de sua fatura ou proporcional. Caso o usuário não pague o mínimo de 30% do valor da fatura, o mesmo ficará bloqueado até a sua quitação.

Já o cartão de crédito consignável, é uma modalidade de empréstimo consignado, que os entrevistados desconheciam o uso como cartão de crédito padrão, eles reconheciam como cartão de empréstimo.

Este cartão de crédito consignado assemelha-se ao padrão, as diferenças ficam em questão a porcentagem permitida de saque, que nesta modalidade é o total do limite disponibilizado e o pagamento do mesmo fracionado, um percentual é descontado diretamente em folha de pagamento, não ocasionando bloqueio do mesmo e o restante é pago em débito na conta corrente ou boleto bancário. No caso específico do INSS, o mesmo permite que 5% de sua renda mensal seja para pagamento do cartão de crédito consignado e seu saldo restante seja acumulado para o próximo pagamento.

Gráfico 06 - Tipos de dívidas em instituições financeiras

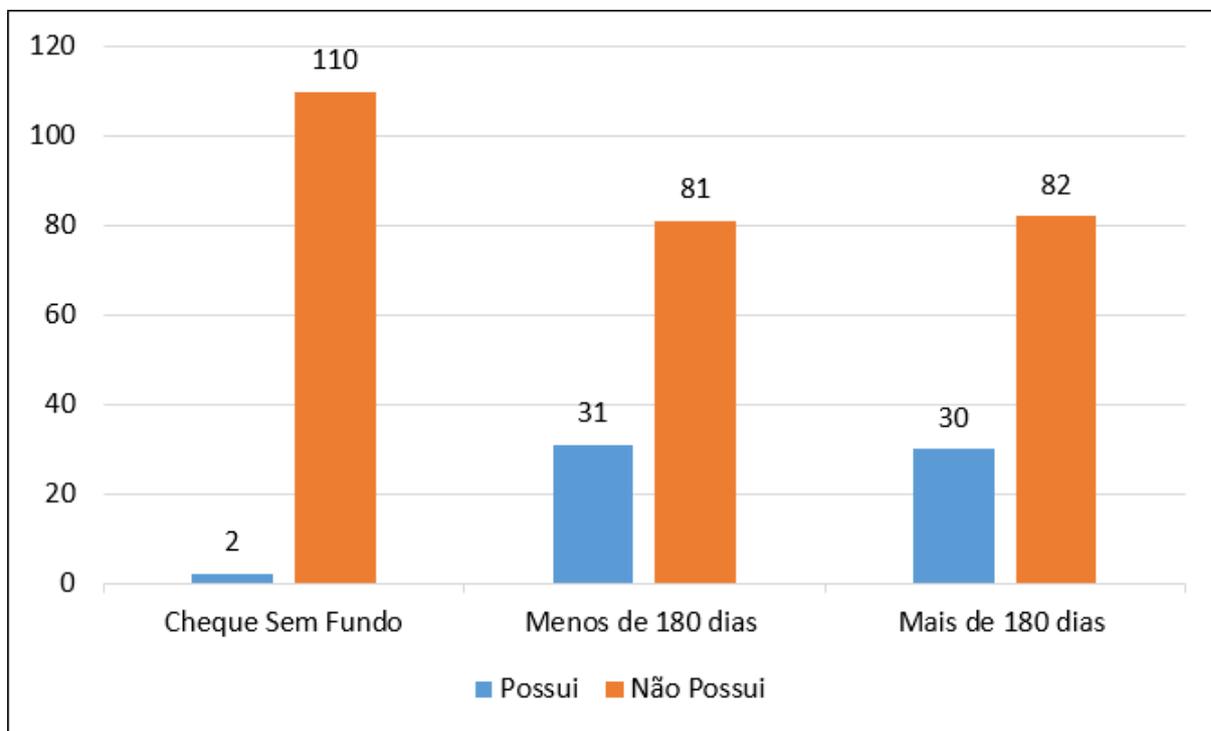


Mesmo com uma média de renda inferior a dois salários mínimos, os entrevistados, em sua maioria mantêm suas contas em dia evitando prejudicar seu crédito no comércio ou em instituições financeiras. Cheque sem fundo é o menor índice observado nesta questão, com menos de 1 % dos entrevistados com cheques devolvidos por falta de recursos.

Na visão de Chinelatto Neto, Felício e Campos (2007), o risco de crédito existe quando há uma probabilidade de haver perda pela incerteza do recebimento da quantia tomada. Também

denominado de risco de *default*, é a incerteza de que o tomador não cumpra com o contrato, tornando-se assim um inadimplente.

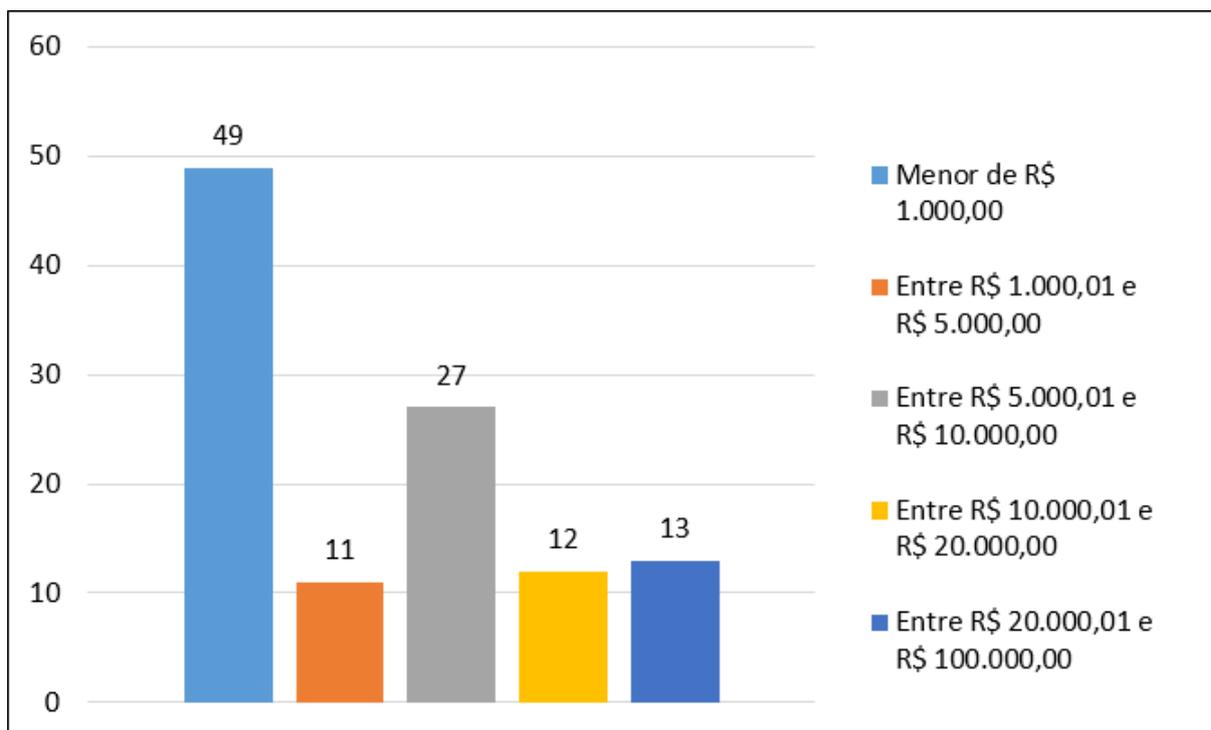
Gráfico 07 – Número de entrevistados com dívidas vencidas



Em se tratando do montante da dívida dos entrevistados cabe ponderar inicialmente que, conforme Lei 10.280 de 2003, Art 7º, VI – “pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta por cento do valor do benefício”, como pagamento de empréstimos consignáveis em folha.

Isto nos leva a compreender que devido a renda média dos entrevistados não ser superior a dois salários mínimos, suas dívidas raramente ultrapassem o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a média da mesma é de R\$ 7.919,37 (sete mil e novecentos e dezenove reais e trinta e sete centavos).

Gráfico 08 – Faixa de valor de endividamento dos entrevistados

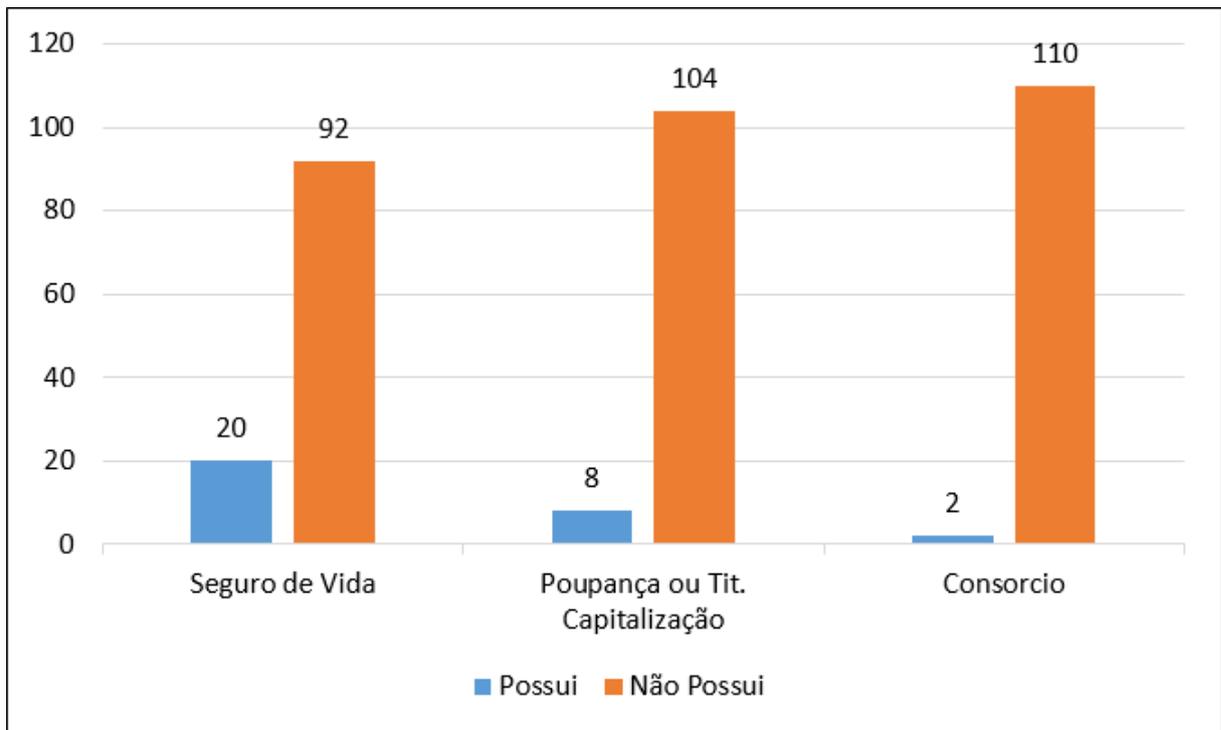


Tendo em vista que um aposentado ou pensionista, receba um salário mínimo ao mês, que hoje corresponde a R\$ 998,00, a lei permite que o mesmo comprometa até 35 % de sua renda com pagamento de empréstimo consignado, isto equivale a uma prestação mensal de R\$ 349,30, sem considerar que algumas instituições financeiras ainda exijam uma segurança adicional ao empréstimo, que pode ser um avalista ou ainda ou seguro do empréstimo, o que pode ocasionar um maior comprometimento de sua renda.

Com base na análise anterior percebe-se que muitas vezes o montante final que o entrevistado recebe ao mês muitas vezes torna-se insuficiente para quitar as despesas básicas mensais desta forma adquirindo novos empréstimos e aumentando cada vez mais seu saldo devedor o que acaba por gerar inadimplência com as agências financeiras.

No pensamento de um futuro para você ou sua família, os entrevistados tem a intenção de conseguir poupar algum valor para emergência ou até mesmo fazer algum investimento. Destes entrevistados 20 fizeram seguro de vida, caso aconteça algo inesperado, suas dívidas ficam quitadas e sobra algum valor para a família se sustentar até conseguir retomar a vida. Somente 8 entrevistados possui poupança ou título de capitalização relatam que pretendem utilizar em caso de emergência ou a lazer. Os dois entrevistados que relataram possuir consórcio o fizeram após adquirir empréstimo imobiliário com intenção de futuramente realizar a troca de seus automóveis.

Gráfico 09 – Tipos de segurança financeira alcançada pelos entrevistados



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa trouxe resultados importantes a serem discutidos. O objetivo central deste trabalho foi o de compreender os motivos que levaram os aposentados e os pensionistas do município de Palmeira das Missões a contrair empréstimos junto a uma instituição financeira. O objetivo foi alcançado, à medida em que se descobriu que as contingências com saúde, decorrentes da necessidade dos entrevistados em procurarem serviços particulares de saúde foram os fatores mais essenciais para que os aposentados necessitassem de dinheiro. Contingências familiares também ocasionaram a necessidade de crédito por parte considerável dos entrevistados.

Juntamente com o alcance do objetivo geral desta pesquisa, os objetivos específicos definidos para este trabalho também foram alcançados. O perfil dos aposentados e pensionistas tomadores de crédito duas características marcantes: possuem em sua maioria entre 56 e 80 anos e recebem o valor de um salário mínimo ou menos.

Analisar a atual situação de inadimplência dos aposentados e pensionistas de Palmeira das Missões foi o segundo objetivo específico proposto por este trabalho. Nesse sentido, as dívidas desses aposentados são, em sua maioria, de até R\$ 1.000,00. A utilização de limite cheque-especial mostrou-se ser frequente entre os entrevistados, que procuram manter seus endividamentos pagos em dia, em grande parte das ocorrências.

A preocupação com endividamentos é notável ao passo que em que os aposentados e pensionistas tomadores de crédito buscam formas alternativa de poupar dinheiro para o futuro, adquirindo seguros de vida ou títulos de capitalização.

Todavia, dificuldades com saúde, decorrentes de um sistema de saúde público carente de melhorias no Brasil, impedem a poupança de dinheiro desses aposentados e pensionistas. Despesas com casamento, aniversários, compra de veículos ou despesas básicas também promovem a necessidade de tomar crédito na instituição financeira estudada. Essas conclusões alcançam o terceiro objetivo específico deste trabalho: o de relatar quais os principais motivos que levam os aposentados e pensionistas a contratar empréstimos.

É importante, nesse sentido, que as instituições financeiras realizem ações de reeducação de seus clientes para que desta forma tomem crédito conscientemente e em períodos de estabilidade financeira, com o objetivo de evitar inadimplência e problemas judiciais com clientes.

Este trabalho limita-se apenas ao estudo do endividamento de aposentados e pensionistas de uma instituição financeira específica, não estendendo-se a demais instituições

financeiras, que por conterem suas particularidades e linhas de crédito diferenciadas para determinados segmentos de clientes podem revelar novos motivos e novos perfis de endividamento. Não é possível, portanto, generalizar os resultados desta pesquisa a todas as instituições financeiras e traçar um perfil de endividamento global.

Como sugestões de pesquisas futuras, podem ser feitas pesquisas qualitativas por meio de entrevistas com clientes de outras instituições financeiras, sejam elas públicas ou privadas. A complementação de estudos nessa área deve permitir uma melhor compreensão sobre as causas de endividamento de outros grupos de tomadores de crédito e, por consequência, auxiliar as instituições financeiras a aprimorarem seus serviços e sua gama de produtos, oferecendo linhas de crédito mais adequadas e mais justas a cada cliente, o que abrirá caminho para uma melhora na relação das instituições financeiras com seus clientes.

## 6. REFERÊNCIAS

Anuário Estatístico da Previdência Social – 2017. Disponível em : <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>> Acesso em: 07/05/2019

Confederação Nacional Do Comércio De Bens, Serviços e Turismo (2019). Recuperado em: <<http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/peic-abril-de-2019>> Acesso em 28/05/2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/palmeira-das-missoes/panorama>> Acesso em: 05/05/2019

Instituto Nacional de Seguro Social. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/>> Acesso em: 06/05/2019.

Lei n. ° 10.820 de 17 de dezembro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.820.htm)> Acesso em 02/06/2019.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL... Séries temporais, vários anos

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO: CARACTERÍSTICAS, ACESSO E USO, disponível em <[https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art7\\_emprestimo\\_consignado.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf)> Acesso em 02/06/2019

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Perguntas frequentes. Empréstimos, financiamento e arrendamento mercantil (leasing) <[https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequenterespostas/faq\\_emprestimosefinanciamentos](https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequenterespostas/faq_emprestimosefinanciamentos)> Acesso em 02/09/2019

BARROS, JOSÉ R.; ALMEIDA JR, MANSUETO. Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil. Brasília, Secretaria de Política Econômica, 1997.

CHINELATTO NETO, A.; FELÍCIO, R. S.; CAMPOS, D. Métodos de Monitoramento de modelo Logit de credit scoring. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, FERNANDO A. S. Evolução da Concentração bancária no Brasil: 1994-2000.

SAMPAIO, Rosana Ferreira et al. ANÁLISE DAS APOSENTADORIAS POR INCAPACIDADE PERMANENTE ENTRE OS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 1966 A 1999. **Rev Assoc Med Bras**, v. 49, n. 1, p. 60-6, 2003.

SANT'ANNA, A. A.; BORÇA JÚNIOR, G. R.; ARAUJO, P. Q. Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES (2004-2008). *Revista do BNDES*, v. 16, n. 31, p. 41-60, jun. 2009.

SOARES, RICARDO P. Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação. Texto para Discussão IPEA, nº 808. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

TOLLOTI, MÁRCIA. *As Armadilhas do Consumo: acabe com o endividamento*. Rio de Janeiro, RJ. Elsevier/Campus, 2007.

## 7. ANEXO

Roteiro de entrevista Plano de estagio – Airton Figueiredo Bordim

***Quais os motivos que levam os aposentados de Palmeira das Missões – RS a fazer empréstimos junto a uma instituição financeira?***

1. Morador de Palmeira das Missões? ( ) Sim ( ) Não
2. Sexo? ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outros
3. Idade? \_\_\_\_\_
4. Faixa salarial? ( ) Sem Salario ( ) até R\$ 1.000,00 ( ) R\$ 1.001,00 até R\$ 2.000,00  
( ) R\$ 2.001,00 até R\$ 4.000,00 ( ) acima de R\$ 4.001,00
5. Quantas pessoas moram em sua residência? \_\_\_\_\_
6. Existe outras pessoas em sua residência que tenha uma renda fixa?  
( ) Sim ( ) Não
7. Possui conta salário ou conta corrente? ( ) Sim ( ) Não
8. Possui limite de conta? ( ) Sim ( ) Não
9. Possui cartão de crédito ou cartão de compras a prazo? ( ) Sim ( ) Não
10. Possui empréstimo consignado? ( ) Sim ( ) Não
11. Qual o principal motivo para ter usado o empréstimo consignado?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
12. Possui consorcio de bens imóveis ou bens moveis? ( ) Sim ( ) Não
13. Possui título de capitalização? ( ) Sim ( ) Não
14. Possui seguro vida? ( ) Sim ( ) Não
15. Possui seguro de automóveis? ( ) Sim ( ) Não
16. Possui dívidas vencidas a menos de 180 dias? ( ) Sim ( ) Não
17. Possui dívidas vencidas a mais de 180 dias? ( ) Sim ( ) Não
18. Possui cheque devolvidos sem fundos? ( ) Sim ( ) Não
19. Qual o Valor da sua dívida? R\$ \_\_\_\_\_